

Relato da 150ª Reunião do Plenário

No dia 26 de janeiro de 2023, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quinquagésima sessão plenária ¹, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da 149.ª Sessão Plenária;
3. Apresentação e discussão dos projetos em desenvolvimento no Conselho Nacional de Educação;
4. Apresentação e discussão das atividades a desenvolver no âmbito das Comissões Especializadas Permanentes;
5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente, Domingos Fernandes, deu início aos trabalhos saudando os presentes e dando as boas-vindas aos conselheiros e conselheiras.

No ponto 1, informou que foi recebido em audiência pela Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, bem como pelo Senhor Ministro da Cultura e pelo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência da Assembleia da República. Referiu que está prevista uma nova sessão plenária para o próximo dia 16 de fevereiro, que contará com a presença do Senhor Ministro da Educação e da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com vista a apresentar as prioridades das políticas públicas para estas áreas.

Sobre a questão da atribuição de doutoramentos pelos institutos politécnicos, que mereceu um pedido de informação dirigido ao CNE por parte da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, esclareceu que foi decidido elaborar um documento que contribuísse para a reflexão no âmbito do grupo de trabalho criado pela referida Comissão para o estudo desta questão, uma vez que o tempo disponível para preparar uma recomendação ou um parecer devidamente fundamentado era muito reduzido. Acrescentou que a 6ª Comissão Especializada Permanente, através do seu coordenador, Conselheiro António Firmino da Costa, tem vindo a acompanhar o debate em torno desta temática e tem participado igualmente na discussão sobre o acesso ao ensino superior e os exames do ensino secundário.

Salientou que o CNE tem respondido a vários pedidos de informação da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, sobre assuntos diversos, alvo de petições, designadamente “pelo fim das taxas de admissão a provas de doutoramento” e “pelo direito a um enfermeiro em escolas públicas frequentadas por crianças com necessidades de saúde específicas”.

Mencionou ainda que o Conselho está a preparar a mudança da sua imagem institucional e reestruturação do site.

No ponto 2, o Senhor Presidente colocou a votação a proposta de relato da 149ª Sessão Plenária, que foi aprovada.

¹ A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

No ponto 3. o Senhor Presidente apresentou os projetos que o CNE está a desenvolver: o projeto EDA50 – Escolas à descoberta de Abril – inserido no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril – que já tinha referido na sessão plenária realizada em setembro e o projeto DICA – Divulgar, Inovar, Colaborar, Aprender, cujo principal propósito é contribuir para que o trabalho das escolas/agrupamentos e de todos os seus profissionais seja mais conhecido por parte das comunidades escolares e da sociedade em geral e para que a profissão docente seja mais valorizada. Prevê-se a elaboração de dois estudos de caso intrínsecos, duas biografias de diretores de escolas e duas biografias de professores, durante o ano de 2023. Ainda no âmbito do projeto DICA, salientou o evento realizado recentemente, no dia 23 de janeiro, no Agrupamento de Escolas do Bombarral, de assinatura de sete protocolos de colaboração com projetos e associações nacionais, nomeadamente, Plano Nacional de Leitura, Plano Nacional das Artes, Rede de Bibliotecas Escolares, NUCLIO – Núcleo Interativo de Astronomia e Inovação em Educação, Associação Ludus, Associação Portuguesa de Educação em Ciências (APEduC) Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e o Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto (CNAPEF), no sentido de recolher e divulgar práticas inovadoras nas escolas.

Quanto ao relatório Estado da Educação, que é uma marca importante da atividade do Conselho, referiu que a edição de 2022 estava finalizada e estava a ser distribuída na sua versão impressa, uma vez que a eletrónica já tinha sido enviada anteriormente, não só aos conselheiros, mas também a diferentes entidades governamentais e da Assembleia da República, organismos do estado do setor educativo e órgãos de comunicação social. Salientou alguns dos indicadores com maior impacto na evolução do sistema educativo e realçou o interesse de se fazer uma análise aprofundada do documento, para compreender como pode ser melhorado.

No debate superveniente, em que participaram os conselheiros e as conselheiras Ana Maria Leal Faria, César Paulo, Luís Ribeiro, José Ribeiro Carvalho, José Tribolet, Maria Calado, Maria Deolinda Martin e Rodrigo Queiroz e Melo, os projetos foram considerados desafiantes e motivadores pela valorização das comunidades educativas, por permitir a divulgação de projetos inovadores e por promover uma reflexão sobre a escola e os seus profissionais.

No ponto 4, o Presidente informou que já tinha nomeado os relatores para duas recomendações que vão ser produzidas e posteriormente apreciadas ao Plenário do Conselho: a primeira sobre um referencial para a inovação pedagógica nas escolas tem como relatores as conselheiras Flávia Vieira, Jesus Maria Sousa e Leonor Santos e o conselheiro Nuno Ferro; a segunda sobre exames e acesso ao ensino superior: problemas e cenários tem como relatores as conselheiras Ana Cabilhas e Leonor Santos e o conselheiro Tiago Martins. Está também prevista uma terceira recomendação sobre explicações ou educação sombra, mas que ainda não tem relatores nomeados. De seguida, convidou os coordenadores das comissões especializadas permanentes (CEP) a apresentar as atividades previstas para 2023 em cada comissão.

A Conselheira Jesus Maria Sousa informou que a 1ª CEP pretende realizar um ou dois seminários sobre o currículo, tendo em conta os três principais pilares do currículo português – o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e as Aprendizagens Essenciais (AE) – na sua relação com quatro níveis de abordagem: dimensões planetária, europeia, nacional e regional e local; visitas e audições, relatórios e, eventualmente, uma recomendação.

A Coordenadora da 2ª CEP, Conselheira Flávia Vieira, referiu que a atividade central da Comissão em 2023 será a construção de um referencial para a inovação pedagógica nas escolas, que envolverá

a pesquisa bibliográfica e a recolha de contributos junto de outros parceiros, nomeadamente através da realização de audições e de um seminário. Uma segunda vertente será a partilha de projetos de inovação. Esta reflexão apoiará a elaboração da recomendação já anunciada sobre um referencial para a inovação pedagógica nas escolas.

A Conselheira Assunção Flores mencionou que a 4ª CEP identificou dois temas para o desenvolvimento do seu trabalho em 2023: o primeiro, uma reflexão sobre a profissão docente – formação inicial e contínua, recrutamento e seleção, indução profissional – e a produção de um documento com contributos de especialistas, do que já foi produzido no CNE, de experiências de outros países, que permita conceptualizar, clarificar e fundamentar o que é "ser professor"; o segundo tema tem a ver com a função e o papel das lideranças escolares, de topo e intermédias, que constituem o segundo fator mais importante na aprendizagem dos alunos. Prevê-se a realização de seminários e audições.

Sobre os trabalhos da 5ª CEP, a Conselheira Patrícia Ávila referiu que na primeira reunião realizada foi feito um levantamento das preocupações e expectativas dos conselheiros, relativamente ao objeto da Comissão. Temáticas como as desigualdades educativas e as desigualdades regionais irão merecer uma atenção especial em 2023. Referiu que iria convocar uma reunião da comissão para a definição das atividades a concretizar, na qual pensa apresentar a ideia de realizar um seminário sobre desigualdades educativas na escolaridade obrigatória.

O Conselheiro António Firmino da Costa salientou o trabalho que a 6ª CEP tem vindo a fazer, nomeadamente, a participação em diversas reuniões externas sobre o acesso ao ensino superior e os exames e a reflexão em torno da questão respeitante à atribuição de doutoramentos no Ensino Superior Politécnico e alteração da designação dos Institutos Superiores Politécnicos, questão esta que a 6ª CEP continuará a acompanhar, tendo em conta o debate em curso sobre a revisão do RJIES. Assim, foram identificados dois temas prioritários na agenda de trabalho da Comissão em 2023. Sobre o primeiro, exames e acesso ao ensino superior, prevê-se fazer uma recolha de informação e um conjunto de audições e seminários com especialistas e outros atores relevantes, que apoiarão a elaboração da recomendação do CNE sobre o tema. No caso do segundo – estrutura institucional do sistema de ensino superior: eixos de revisão – a sua escolha decorre do debate já iniciado e da perceção da necessidade de clarificar e atualizar as missões e a consistência do Sistema de Ensino Superior e rever os seus diplomas legais estruturantes. A reflexão e o debate em torno desta temática implicarão igualmente a recolha de informação e a realização de um seminário e audições.

O conselheiro José Tribolet pediu a palavra para lembrar o trabalho que foi desenvolvido no anterior mandato, no âmbito da então 6ª Comissão Especializada Permanente – Desafios do Futuro – coordenada pelo conselheiro João Cravinho, sobre *O Digital na Educação*. Salientou que o documento que foi elaborado nunca foi apreciado em reunião plenária, não tendo, por isso, daí resultado um parecer, conforme se pretendia que acontecesse. Interrogou o Presidente se era sua intenção concluir esse processo. O Senhor Presidente informou que iria realizar proximamente uma reunião da Comissão Coordenadora, na qual seria analisada esta situação com vista a uma tomada de decisão.

O conselheiro Jorge Gonçalves sugeriu que no seio das comissões especializadas se fizesse uma análise mais qualitativa da evolução de indicadores revelados no relatório Estado da Educação, bem como uma avaliação e acompanhamento dos resultados dos estudos do CNE, designadamente os que foram feitos sobre a educação em tempo de pandemia.

Por fim, o Senhor Presidente agradeceu o contributo de todos e lembrou a realização da próxima sessão plenária, no dia 16 de fevereiro, com a presença da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Senhor Ministro da Educação, tendo de seguida dado por encerrados os trabalhos desta reunião.